

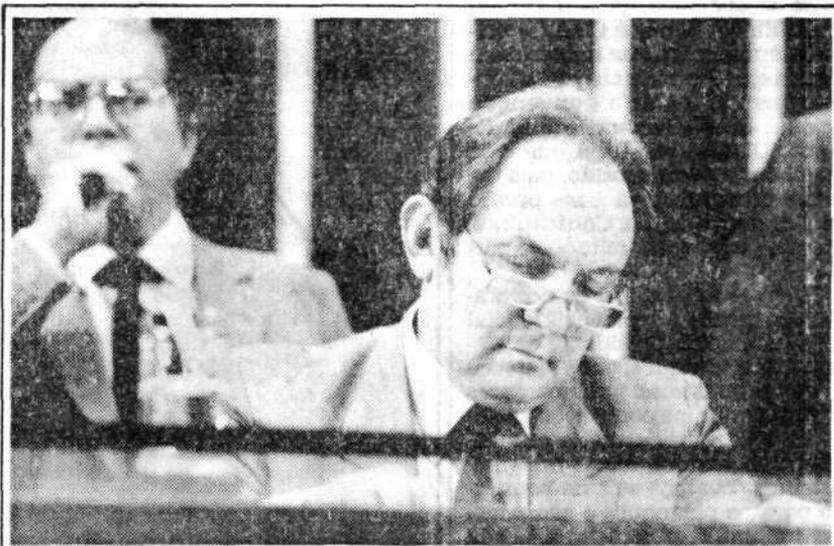
# Termina hoje a revisão do texto constitucional

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O texto aprovado em primeiro turno para a nova Constituinte deverá ser reduzido em pelo menos 30 artigos até a tarde de hoje, quando termina o trabalho de revisão e remuneração do relator Bernardo Cabral e dos relatores adjuntos Konder Reis e José Fogaça. O texto revisado será entregue amanhã ao presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides.

O trabalho de aperfeiçoamento do texto — iniciado ontem à tarde pelos relatores adjuntos, quando Cabral ainda se encontrava no Nordeste proferindo conferências — obedece a alguns critérios de redução do número de dispositivos. Artigos que, por exemplo, estão no corpo permanente da Constituição mas representam medidas de caráter transitório passam para as disposições finais do projeto.

Além disso, alguns artigos subordinados a temas previstos em outros passam a ser parágrafos. As repetições — que são muitas — serão eliminadas: "O Brasil deve pro-



Alencar Monteiro — 02/7/88

Cabral entrega amanhã o texto aprovado no primeiro turno

pugnar pela convivência pacífica entre os povos", diz um trecho. Em outro, se lê: "...deve buscar a convivência em paz com a humanidade". Há ainda, por exemplo, assuntos

tratados no Capítulo 3º — Direitos Sociais do Título II —, sobre direitos e garantias individuais, que são literalmente repetidos no Título VIII, da Ordem Social.

## Segundo turno leva a confronto

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Nos próximos dias, tanto as lideranças do Centrão quanto as dos setores de esquerda da Constituinte estarão preparando a sua estratégia para a votação em segundo turno do projeto de Constituição. Enquanto o Centrão pretende partir para o ataque, as esquerdas vão jogar na defesa, usando o mais possível a pressão popular para evitar que esses mesmos pontos sejam eliminados.

No segundo turno, não serão admitidas emendas para alterar o que já foi aprovado. Só serão permitidas emendas para sanar incorreções ou contradições ou para suprimir algu-

ma coisa, desde que não se altere o sentido do dispositivo. Nesse caso, pode-se suprimir todo um dispositivo, mas não trocar. Por exemplo, um termo "sim" pelo "não", que modificaria o sentido do texto. Mas estas, para serem aprovadas, terão de receber pelo menos 280 votos favoráveis.

Já ficou demonstrado, nas votações do primeiro turno, que as esquerdas dificilmente conseguem reunir mais de 150 votos. Pouca possibilidade têm, portanto, de eliminar qualquer ponto do projeto. Mas podem dificultar a obtenção dos 280 votos pelo outro lado, até porque, como também ficou evidenciado, o Centrão não se apresenta unido na grande maioria das questões. E ainda há as ausências normais (no pri-

meiro turno, a média foi de 100 a 120 por votação), que se transformam em mais um obstáculo para a obtenção do quórum. Espera-se que as ausências sejam maiores agora, pois os constituintes já se estão empenhando nos preparativos das eleições municipais deste ano.

No plano político, há poucos pontos que um lado e outro gostariam de ver suprimidos. Do lado do Centrão, possivelmente apenas a permissão de voto para maiores de 16 anos. Do lado das esquerdas, estariam o Conselho da República (que estava previsto mais para o sistema parlamentar de governo), e algumas das restrições previstas na vigência do estado de defesa e no estado de sítio.

## Contendores não conseguem unidade

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

As questões mais polêmicas para a votação do segundo turno da Constituinte concentram-se nos capítulos da Ordem Econômica e Social, nos quais o Centrão vai procurar reunir 280 votos para derrubar, com suas emendas supressivas, uma série de artigos aprovados no primeiro turno. Se dentro do grupo progressista não existe uma unidade de pensamento sobre alguns pontos, o mesmo ocorre com o Centrão e os representantes da iniciativa privada. São poucos os itens onde existe um consenso, como no caso do limite de taxa de juros em 12% e da licença paternidade de oito dias.

### DIREITOS SOCIAIS

A duração da jornada de trabalho em 44 horas semanais volta à discussão, mas já foi assimilada pela maioria e deve se manter no segundo turno. O mesmo não ocorre com o estabelecimento de jornada máxima de seis horas para o trabalho de turnos ininterruptos de revezamento. Essa proposta tem contra ela os representantes dos setores metalúrgico, siderúrgico e petroquímico — que argumentam que terão custos adicionais com a contratação de pessoal em consequência da redução da jornada. Outro tema delicado é o aviso prévio por tempo de serviço, que terá uma multa de 40% sobre o valor do FGTS, enquanto a lei complementar não regular a matéria. Alguns setores querem derru-

bar este valor e manter os 10% atuais. O Centrão pretende também suprimir o serviço extraordinário com remuneração superior, no mínimo, em 50% à normal e gozo de férias anuais remuneradas em pelo menos um terço a mais do que o salário normal.

A licença maternidade de 120 dias é considerada exagerada pelos parlamentares do Centrão, mas dificilmente será derrubada pela falta de consenso entre bancadas. Deverá ser suprimida a licença paternidade de oito dias, uma inovação nos direitos dos trabalhadores brasileiros. A maior batalha será pelo prazo de prescrição da ação trabalhista, pelo qual o trabalhador poderá reclamar direitos após a demissão, e que o Centrão quer fixar em dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais. Pelo texto atual da Constituinte, na área urbana o prazo é de cinco anos e no setor rural o prazo não existe.

Da mesma forma, há uma grande mobilização contra o direito de greve, considerado muito abrangente. A manutenção de creches e pré-escolas gratuitas aos filhos e dependentes até seis anos já foi assimilada, embora vá provocar discussão por grande parte da Constituinte.

### ORDEM ECONÔMICA

A reforma agrária aprovada no primeiro turno não deverá ser contestada em plenário. Há muita polêmica sobre a definição de empresa brasileira de capital nacional e, principalmente, sobre a reserva de mercado tecnológica para elas. O

Centrão pretende exercer pressão para suprimir o direito de apenas as empresas nacionais, aquelas com capital e controle decisórios de residentes no País, terem direito à lavra e pesquisa de minerais. A questão já foi amenizada nas disposições transitórias, que permitem esta atividade a grupos estrangeiros que industrializem, no País, o produto da lavra e beneficiamento do minério. Os progressistas pretendem manter a exclusividade para as empresas nacionais.

O Centrão, ajudado pela Petrobrás, quer derrubar o dispositivo que proíbe a concessão de novos contratos de risco para a exploração petrolífera. Os progressistas querem mantê-lo, o que significaria aumento de custos em perfurações improdutivas, segundo os técnicos da Petrobrás. As avaliações indicam que é praticamente certo retirar o artigo que limita os juros em 12% ao ano — nem que seja retirar o índice, deixando os limites para a regulamentação do sistema financeiro.

A maior polêmica pelo seu impacto nas finanças públicas será a anistia concedida aos micro e pequenos empresários urbanos e os minis, médios e pequenos produtores rurais que pegaram empréstimos durante a vigência do Plano Cruzado. O governo e sua base na Constituinte querem suprimir a anistia. De outro lado, alguns parlamentares querem ampliar o universo dos que foram beneficiados pela não incidência de correção monetária nos empréstimos.